ISSN: 2965-5609
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E TERRITÓRIO QUILOMBOLA: relato de experiência de uma oficina pedagógica no Pibid para formação de uma escola antirracista

Leandro Fernandes Teixeira[1]

Vaneza Aparecida de Cubas[2]

Leonoura Katarina Santos[3]

Márcio Greik Viana[4]

Robson Alves dos Santos[5]

TEIXEIRA , Leandro Fernandes; CUBAS , Vaneza Aparecida de; SANTOS, Leonoura Katarina; VIANA, Márcio Greik; SANTOS, Robson Alves dos. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E TERRITÓRIO QUILOMBOLA: relato de experiência de uma oficina pedagógica no Pibid para formação de uma escola antirracista. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 28, n. 2, 2026. DOI: https://10.70261/er.v28i1.e2026011 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75555

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 30/08;2026 | **Aceito:** 30/08/2026 | **Publicado**: 30/05/2026

Resumo: O presente artigo analisa uma experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O objetivo é compreender em que medida uma oficina pedagógica, fundamentada nos conceitos geográficos de lugar, território e paisagem, pode atuar como instrumento de mediação didática na construção de uma leitura crítica das relações entre racismo e espaço geográfico. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter interventivo, foi realizada com estudantes do Ensino Fundamental II em um colégio público, tendo como eixo a construção de uma maquete do território quilombola Kalunga, localizado em Cavalcante (GO). A atividade foi concebida na perspectiva histórico-cultural, compreendendo a maquete como um signo mediador que possibilita a articulação entre linguagem, pensamento e ação, contribuindo para a elevação das funções psicológicas superiores dos estudantes. Os dados foram produzidos por meio de observação participante, registros em diário de campo e análise das falas e produções dos alunos, sendo interpretados a partir de categorias como consciência territorial, leitura espacial do racismo e articulação escalar. Os estudantes passaram a entender o racismo como uma estrutura que se expressa geograficamente, manifestada nas desigualdades socioespaciais que observam em seu dia a dia. Conclui-se que a oficina, enquanto instrumento de mediação didática, contribuiu para a construção de uma leitura geográfica crítica da realidade, evidenciando o papel do ensino de Geografia na promoção de uma educação antirracista.

[1] Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: leandrotexeira.18.lt@gmail.com.

[2] Professora da rede estadual de Goiás, graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Mestra em Geografia pela mesma instituição. E-mail: vanezacubas@gmail.com.

[3] Professora da rede estadual de Goiás, doutoranda em em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: leonourakatarina@hotmail.com

[4] Professor da rede estadual de Goiás, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: professorgreik@gmail.com

[5] Professor adjunto na Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: robson.geografia@ufcat.edu.br.

Palavras-chave: Educação Geográfica. Racismo. Território. Mediação didática.

GEOGRAPHICAL EDUCATION AND QUILOMBOLA TERRITORY: experience report of a pedagogical workshop in Pibid for the development of an anti-racist school

Abstract: The present article analyzes a pedagogical experience developed within the scope of the Institutional Program of Teaching Initiation Scholarship (PIBID). The objective is to understand to what extent a pedagogical workshop, based on the geographical concepts of place, territory, and landscape, can act as a didactic mediation tool in constructing a critical reading of the relationships between racism and geographical space. The research, of a qualitative nature and with an interventionist character, was conducted with students from the 8th and 9th grades in a public school, focusing on the construction of a model of the Kalunga quilombola territory, located in Cavalcante (GO). The activity was conceived from a historical-cultural perspective, understanding the model as a mediating sign that enables the articulation between language, thought, and action, contributing to the elevation of the students' higher psychological functions. The data were produced through participant observation, field diary records, and analysis of the students' speeches and productions, being interpreted through categories such as territorial awareness, spatial reading of racism, and scalar articulation. The students came to understand racism as a structure that is expressed geographically, manifested in the socio-spatial inequalities they observe in their daily lives. It is concluded that the workshop, as a didactic mediation tool, contributed to the construction of a critical geographical reading of reality, highlighting the role of Geography education in promoting anti-racist education.

Keywords: Geographic Education. Racism. Territory. Didactic mediation

Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem como objetivo fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira. Nesse contexto, o programa se configura como uma política pública que possibilita a inserção de estudantes de licenciatura no cotidiano escolar, favorecendo a construção de práticas pedagógicas articuladas à realidade social.

Este relato de experiência apresenta e analisa uma intervenção desenvolvida no subprojeto de Geografia do PIBID da Universidade Federal de Catalão, no Colégio Estadual Maria Das Dores Campos no município de Catalão (GO). A atividade consistiu na construção coletiva de uma maquete representando o território da comunidade quilombola Kalunga, localizada no município de Cavalcante (GO), articulada a momentos de diálogo, problematização e leitura de textos.

Dessa forma, o presente relato de experiência tem como objetivo analisar em que medida a oficina pedagógica, enquanto instrumento de mediação didática, contribuiu para a

construção de uma compreensão crítica das relações entre racismo e espaço geográfico, bem como discutir suas implicações para a formação inicial de professores de Geografia comprometidos com uma educação crítica e antirracista.

A formação docente, nessa perspectiva, não se reduz somente à assimilação de conteúdos teóricos, mas se constitui no movimento dialético entre teoria e prática, mediado pelas experiências vivenciadas no espaço escolar. A educação deve permitir uma leitura crítica da realidade, onde professores e alunos são sujeitos históricos com capacidade de entender e modificar o mundo. O ensino se estabelece como uma prática social, guiada pela dialogo, pela discussão de problemas e pela construção colaborativa do saber.

No ensino de Geografia, essa abordagem assume relevância central, uma vez que permite compreender que o espaço geográfico é produto das relações sociais historicamente construídas, sendo atravessado por relações de poder, conflitos e desigualdades. Nessa perspectiva, o racismo não pode ser tratado apenas como um problema histórico, cultural ou sociológico, pois ele também se materializa espacialmente, estruturando a produção do espaço geográfico e produzindo desigualdades socioespaciais. Na sociedade brasileira, isso se expressa por meio da segregação socioespacial, da periferização de populações negras, da distribuição desigual de infraestrutura e serviços públicos e da invisibilização de territorialidades negras, evidenciando que as relações raciais também participam da organização do espaço.

Em cidades como Catalão (GO), tais dinâmicas podem ser observadas na organização desigual dos bairros, no acesso diferenciado a equipamentos urbanos e nas formas distintas de ocupação e valorização do espaço. Desse modo, o racismo se manifesta não apenas nas relações interpessoais, mas também nas formas de produção, apropriação e controle do espaço, o que reforça a necessidade de compreendê-lo como um fenômeno estrutural e geograficamente localizado.

O debate sobre as relações étnico-raciais na escola também se insere no contexto da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Contudo, ainda persistem desafios na efetivação dessa política, especialmente quando o ensino se limita a abordagens pontuais, descontextualizadas ou desvinculadas da realidade concreta dos estudantes.

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte problemática de onde advém este relato: de que maneira uma oficina pedagógica, fundamentada nos conceitos de lugar, território e

paisagem, pode atuar como instrumento de mediação didática na construção de uma compreensão crítica das relações étnico-raciais e de suas manifestações no espaço geográfico?

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa assume caráter qualitativo, configurando-se como um estudo de natureza interventiva no contexto escolar. A análise foi orientada por procedimentos sistemáticos, incluindo registros em diário de campo. Esses dados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, buscando identificar indícios de ressignificação das concepções dos alunos acerca das relações étnico-raciais e de sua materialização no espaço geográfico.

METODOLOGIA

Este relato de experiência caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e interventiva, desenvolvido no contexto educacional do Colégio Estadual Maria Das Dores Campos, instituição de ensino público situada no município de Catalão, Goiás. O período temporal da vivência ocorreu durante o mês de novembro, etapa letiva em que se intensificam as discussões sobre a consciência negra.

O público da ação interventiva foi composto por estudantes do Ensino Fundamental II, especificamente das turmas de 7º e 8º anos, com idades entre 11 e 14 anos. O perfil socioeconômico dos participantes caracteriza-se, majoritariamente, por famílias de classe trabalhadora residentes no entorno escolar, marcados por vulnerabilidades sociais que tornam o debate racial geograficamente situado. A proposta pedagógica, que define o tipo da vivência, foi estruturada como uma oficina de iniciação à docência vinculada ao subprojeto de Geografia do PIBID. Esta atividade foi compreendida não como aplicação ou adaptação de conteúdos, mas como um processo de mediação didática, no qual os estudantes participaram ativamente da construção do conhecimento a partir de suas experiências, interações e práticas sociais.

O eixo da experiência centrou-se na mobilização da categoria geográfica território, materializada por meio da construção coletiva de uma maquete representando o território quilombola Kalunga, localizado em Cavalcante (GO). Para a elaboração deste recurso educacional, foram utilizados materiais como papel colorido, base de isopor, tintas, palitos de madeira, cola, tesoura e imagens de referência. A caracterização da atividade relata momentos articulados de problematização, diálogo, leitura de textos e produção de representações espaciais. Os textos selecionados foram utilizados não como conteúdos a serem simplificados, mas como instrumentos culturais mediadores, capazes de tensionar e ampliar as concepções iniciais dos estudantes acerca das relações étnico-raciais e da organização socioespacial.

Fundamentada na perspectiva histórico-cultural, a maquete foi compreendida como um signo mediador, atuando na zona de desenvolvimento proximal dos estudantes. Nesse sentido, não foi concebida como um recurso ilustrativo de um conteúdo previamente transmitido, mas como um instrumento simbólico por meio do qual os alunos puderam elaborar, confrontar e reelaborar hipóteses sobre a produção do espaço, elevando suas funções psicológicas superiores. A atividade possibilitou a articulação entre linguagem, pensamento e ação, permitindo que os estudantes construíssem interpretações mais complexas acerca das relações entre racismo e espaço geográfico.

Em relação à eticidade, garantiu-se o cuidado ético durante toda a execução da intervenção e na exposição fotográfica das maquetes, preservando a identidade visual dos participantes e respeitando as normas da instituição escolar. Por fim, cumpre destacar as limitações metodológicas deste estudo. Reconhece-se que o recorte temporal restrito ao mês de novembro e a especificidade do contexto local inviabilizam generalizações empíricas amplas. Contudo, em conformidade com a pesquisa qualitativa de viés histórico-crítico, o estudo assegura sua validade interna ao demonstrar a viabilidade e a eficácia do processo de mediação didática proposto, passível de transferência analítica para outros contextos de formação docente.

A MATERIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA: mediação didática e práxis antirracista

A oficina, estruturada no âmbito do PIBID, foi desenvolvida no mês de novembro, período que tenciona historicamente o debate sociopolítico sobre a consciência negra. A intervenção objetivou promover reflexões sobre o racismo de forma territorializada, superando abordagens efemérides para trabalhar a história e cultura afro-brasileira enquanto práxis socioespacial, em estrita consonância com a Lei nº 10.639/2003.

A vivência organizou-se sob a premissa da mediação didática, estruturando-se dialeticamente em momentos de problematização, leitura de textos mediadores e produção coletiva. O eixo central dessa materialização foi a construção coletiva de uma maquete representando o território quilombola Kalunga, localizado em Cavalcante (GO). Ao final, a exposição na Vivenda Pedagógica operou como um espaço de socialização e ampliação da temática entre as turmas.

Cabe destacar que a atividade refutou a reprodução acrítica do espaço físico. Fundamentada na perspectiva histórico-cultural, a maquete atuou concretamente como um signo mediador. A instrumentalização desse recurso na zona de desenvolvimento proximal dos estudantes permitiu a articulação complexa entre linguagem, pensamento e ação. A transição de uma assimilação conceitual abstrata para uma leitura crítica do espaço evidenciou-se sistematicamente durante a observação participante. Ao confrontarem suas interpretações prévias durante o manuseio dos materiais, a reelaboração cognitiva dos alunos tornou-se manifesta, como constatado na seguinte situação empírica:

> Durante a colagem das demarcações do território na maquete, observou-se uma discussão espontânea entre um grupo de alunos. Ao visualizarem a proporção da terra, questionaram ativamente como as comunidades Kalunga resistem às pressões externas atuais, o que exigiu do professor em formação uma intervenção direta para explicar os conflitos fundiários contemporâneos, evidenciando que os estudantes deixaram de ver o quilombo como algo restrito ao passado (Notas de observação participante, nov. 2025).

A materialidade dessa observação empírica indica a apreensão do território não apenas como um substrato físico, mas como um campo de forças marcado por relações de poder, identidade e resistência. Esse movimento cognitivo dialoga com pesquisas contemporâneas em Educação Geográfica, como os apontamentos de Oliveira (2024), que sublinham a necessidade de territorializar o debate racial para que a lei 10.639/2003 assuma contornos geográficos reais no ensino fundamental.

O processo de mediação didática não transcorreu sem contradições, inerentes a qualquer prática pedagógica histórico-crítica pois a tentativa de desconstruir o racismo espacial e compreender a multiescalaridade (a relação entre o território Kalunga e a realidade de Catalão) revelou tensionamentos significativos. Através da observação atenta do comportamento e das indagações dos discentes, notou-se que alguns estudantes apresentaram resistência inicial em associar a expropriação territorial negra à realidade urbana contemporânea de Catalão, tendendo a isolar o Kalunga como uma realidade exótica e distante, o que demandou novas mediações discursivas para tencionar essa visão fragmentada.

Essas resistências empíricas corroboram a tese de que a desconstrução estrutural do racismo no espaço escolar não se esgota em uma única intervenção. Pelo contrário, atestam a necessidade de que signos mediadores, como a maquete, sejam continuamente tensionados,

garantindo que o ensino de Geografia não retroceda a uma visão folclórica, mas avance para a emancipação do pensamento espacial crítico.

A Figura 1 materializa o processo de intervenção pedagógica no espaço da sala de aula. Observa-se o rompimento com a passividade discente, característica basilar do modelo de mediação didática adotado. Durante esta etapa de produção, o registro imagético e a observação participante evidenciaram que o esforço cognitivo dos estudantes em transpor o conhecimento teórico para a materialidade dos esboços e esquemas atuou como um catalisador das funções psicológicas superiores. Ao manipularem os materiais e debaterem entre si e com a equipe do PIBID, os alunos iniciaram a decodificação tátil e visual do espaço geográfico, preparando o terreno para a elaboração tridimensional do território quilombola.

Figura 1 – Estudantes do 7º e 8º anos durante a etapa de elaboração e planejamento das representações espaciais do território Kalunga.



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)

Do ponto de vista analítico, a interpretação dos resultados fundamentou-se na indissociabilidade entre os conceitos de espaço geográfico e território. Operando com as premissas de Santos (2006), em que o espaço é compreendido como uma totalidade histórica e socialmente produzida, a maquete permitiu que o território fosse visualizado pelos estudantes como a materialização das formas de apropriação, controle e resistência. Assim, o território quilombola Kalunga deixou de ser uma abstração folclórica para ser decodificado como a expressão viva de uma construção histórica de resistência negra, articulando dimensões sociais, culturais e políticas.

O eixo central para o sucesso dessa decodificação residiu na mediação didática orientada para a multiescalaridade. A análise do território Kalunga não se encerrou em si mesma; ela foi tensionada dialeticamente com o cotidiano dos estudantes no município de Catalão (GO). Durante os debates que acompanharam a montagem das representações, observou-se que o contraste de realidades instigou o pensamento relacional dos discentes. Ao debaterem sobre o acesso à água e à infraestrutura no território quilombola, os estudantes foram instigados a mapear mentalmente seus próprios bairros, identificando como a falta de asfalto ou de equipamentos públicos na periferia de Catalão também atinge, majoritariamente, a população negra.

Esse movimento analítico permitiu que os alunos compreendessem que as relações de poder e exclusão presentes no território quilombola também se manifestam, de forma distinta, no espaço urbano que vivenciam, operando por meio da segregação socioespacial, do acesso desigual à cidade e da distribuição diferenciada de infraestrutura. Tal constatação empírica alinha-se às perspectivas de Cavalcanti (2022) que defende o raciocínio geográfico multiescalar como condição essencial para que a educação antirracista no ambiente escolar promova uma leitura crítica e transformadora da realidade do próprio aluno.

A Figura 2 materializa, empiricamente, o processo de mediação didática em ato na sala de aula. A observação participante e o registro imagético validam a perspectiva histórico-cultural adotada, visualizando a atuação do pibidiano na Zona de Desenvolvimento Proximal das estudantes. Longe de uma educação passiva, a fotografia documenta o engajamento tátil das alunas, que manipulam ativamente os materiais (papéis, cola e demarcações) para dar forma material à categoria território quilombola. A proximidade e a colaboração no manuseio da maquete transformaram este recurso em um genuíno instrumento simbólico, permitindo que o debate sobre o racismo espacial e a resistência Kalunga transpusesse a abstração conceitual e ganhasse contornos visuais e concretos, validando a eficácia da intervenção do PIBID na construção de uma educação antirracista no cotidiano escolar.

Figura 2 – Interação colaborativa entre pibidiano e estudantes durante a fase de materialização tridimensional da maquete representando o território quilombola Kalunga.



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)

Nesse sentido, o território Kalunga foi mobilizado como um espelho analítico, possibilitando aos estudantes reconhecerem o racismo como fenômeno estrutural que se materializa no espaço geográfico. Durante as discussões, foram observados indícios de ressignificação das concepções dos alunos, evidenciados em falas e reflexões que relacionavam o conteúdo trabalhado com sua realidade. Alguns estudantes, por exemplo, passaram a questionar as desigualdades entre bairros, o acesso a serviços públicos e as condições de infraestrutura urbana, estabelecendo conexões entre o racismo e a produção do espaço em Catalão.

Esses elementos indicam que a aprendizagem não ocorreu apenas no nível da reprodução de informações, mas na capacidade de estabelecer relações críticas entre diferentes realidades geográficas. A construção da maquete, nesse sentido, funcionou como instrumento de mediação que possibilitou a desnaturalização do racismo, ao evidenciar suas manifestações espaciais no cotidiano dos estudantes.

A Figura 3 trata-se da culminância da intervenção pedagógica, evidenciando a superação da dicotomia entre teoria e prática no ensino de Geografia. A materialidade da exposição final comprova que os estudantes apreenderam o território Kalunga em sua totalidade socioespacial. Nota-se que a representação tridimensional do espaço (hidrografia, demarcações e habitações) está intrinsecamente articulada a outras linguagens mediadoras, como os textos explicativos sobre a gênese dos quilombos e as representações imagéticas da identidade negra ao fundo.

Figura 3 – Exposição final da maquete do território Kalunga, acompanhada de produções textuais e artísticas que materializam a síntese da mediação didática.



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)

Esta intertextualidade atesta que a maquete não cumpriu um papel meramente ilustrativo, mas operou como a materialização de uma síntese cognitiva complexa. A exposição desses signos no ambiente escolar confirma a eficácia da intervenção em instrumentalizar os estudantes para uma leitura crítica, espacializada e antirracista da realidade, respondendo afirmativamente aos propósitos da Lei nº 10.639/2003 no âmbito da formação inicial docente proporcionada pelo PIBID.

A eficácia dessa opção metodológica pela representação tridimensional encontra forte respaldo na literatura acadêmica contemporânea sobre educação geográfica em territórios tradicionais. Ao analisarem o uso de recursos semelhantes na educação escolar quilombola, Santos *et al.* (2022, p. 16) asseveram que o trabalho com a maquete "facilita a compreensão relativa ao material teórico agora materializado, como também estimula o aluno a conhecer esse material didático, que tem potencial significativo para aprendizagem". Em consonância com essa perspectiva, a oficina desenvolvida no âmbito do PIBID evidenciou que a manipulação do espaço em escala reduzida rompeu com a passividade discente, transformando a maquete de um mero recurso ilustrativo para um autêntico instrumento de mediação e afirmação da identidade territorial.

A Figura 4 materializa, em um único fragmento empírico, a síntese analítica desta intervenção pedagógica. A fotografia da Vivenda Pedagógica documenta o rompimento com a folclorização do território negro. A centralidade do cartaz suspenso com a mensagem

antirracista, ladeada pelas maquetes que simbolizam a diáspora (navios negreiros) e pelas silhuetas que representam a identidade negra nas cortinas, atesta que a atividade gerou consciência política e reflexão multiescalar. Observa-se que a mediação didática transpôs a escala do quilombo Kalunga para interrogar o corpo e o cotidiano dos estudantes na cidade de Catalão (GO). A socialização dos trabalhos entre as turmas, visualizada pelo engajamento dos discentes e pibidianos na exposição, validou a maquete como um signo mediador complexo, cumprindo os propósitos da Lei nº 10.639/2003 ao transformar o debate sobre racismo espacial em práxis socioespacial ativa no âmbito da escola e da formação inicial docente proporcionada pelo PIBID.

Figura 4 – Visitantes da comunidade escolar observando as produções da oficina na Vivenda Pedagógica, evidenciando o tensionamento político da Lei 10.639/2003 no cotidiano escolar.



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)

A exposição final das atividades constituiu um momento importante de síntese e socialização do conhecimento. Os estudantes apresentaram suas produções, explicaram os elementos representados na maquete e dialogaram sobre os conhecimentos adquiridos, demonstrando a apropriação dos conceitos trabalhados.

A experiência dialoga com as contribuições de Freire (2015), ao evidenciar a importância do diálogo, da participação e da problematização da realidade no processo educativo. Ao mobilizar metodologias participativas, a oficina possibilitou que os estudantes assumissem um papel ativo na construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de uma leitura crítica das relações entre racismo e espaço geográfico.

Para além das contribuições cognitivas e espaciais observadas nos estudantes da Educação Básica, é importante destacar a relevância desta intervenção pedagógica para os bolsistas de iniciação à docência. As experiências vivenciadas durante as atividades do PIBID corroboram com a ideia de que a educação geográfica é de extrema importância na construção da cidadania ativa. Ao refletirmos sobre o papel dos licenciandos na condução da oficina e na superação das resistências discentes, evidencia-se que a intervenção contribui dialeticamente a própria formação inicial desses futuros professores. Conforme destacam Ferreira Júnior, Santos e Santos (2024, p. 187), formar um docente de Geografia com viés cidadão implica ofertar "condições, estratégias, instrumentos e possibilidades para que os futuros professores exerçam uma prática docente capaz de incentivar e colaborar a participação ativa dos sujeitos enquanto agentes sociais". Dessa forma, o processo de mediação didática em torno do território Kalunga não apenas emancipou os alunos da escola campo, mas também possibilitou aos futuros professores uma práxis pedagógica comprometida com a justiça territorial e com a desconstrução estrutural do racismo.

Entre as principais dificuldades encontradas, destaca-se a limitação de tempo para a realização da atividade. Apesar disso, a oficina apresentou importantes potencialidades, como o engajamento dos estudantes, o interesse pela temática e a capacidade de estabelecer relações entre diferentes escalas geográficas. Dessa forma, a análise da experiência indica que a oficina pedagógica, enquanto instrumento de mediação didática, contribuiu para a construção de uma compreensão crítica das relações étnico-raciais, evidenciando o papel do ensino de Geografia na formação de sujeitos capazes de interpretar e problematizar as desigualdades socioespaciais presentes em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo analisar de que maneira uma oficina pedagógica, fundamentada no conceito território pode atuar como instrumento de mediação didática na construção de uma compreensão crítica das relações étnico-raciais e de suas manifestações no espaço geográfico.

A análise da experiência desenvolvida no âmbito do PIBID evidencia que a oficina possibilitou uma transformação significativa na forma como os estudantes compreendem o racismo. Inicialmente interpretado pelos alunos como um problema de ordem moral, individual

ou restrito ao passado histórico, o racismo passou a ser compreendido como um fenômeno estrutural que se materializa no espaço geográfico, produzindo desigualdades socioespaciais.

Essa mudança foi evidenciada na capacidade dos estudantes de identificar relações entre racismo, organização do território e distribuição desigual de recursos e oportunidades no espaço urbano em que vivem. A construção da maquete do território quilombola Kalunga atuou como um instrumento de mediação didática que possibilitou aos estudantes transitar de uma compreensão baseada no senso comum para uma leitura mais elaborada e científica da realidade.

Ao representar o território Kalunga, os alunos mobilizaram a categoria território como expressão de relações de poder, resistência e identidade, compreendendo o conceito não apenas como espaço físico, mas como uma construção histórica e política da população negra. Esse processo foi fundamental para a articulação entre diferentes escalas geográficas. Ao analisar o território quilombola, os estudantes foram capazes de estabelecer conexões com o espaço vivido em Catalão (GO), reconhecendo que as desigualdades raciais também se manifestam em seu cotidiano, por meio da segregação socioespacial, das diferenças entre bairros e do acesso desigual à cidade.

Assim, o território Kalunga deixou de ser percebido como uma realidade distante e passou a funcionar como referência analítica para a leitura crítica do próprio espaço urbano. Dessa forma, a oficina possibilitou que os estudantes desenvolvessem uma leitura geográfica do racismo, compreendendo a questão como um fenômeno inscrito no espaço e estruturante das relações socioespaciais.

A mobilização da categoria território permitiu evidenciar que as desigualdades não são aleatórias, mas resultam de processos históricos e sociais que se materializam na organização do espaço. Nesse sentido, a experiência demonstra que o ensino de Geografia possui um papel estratégico na construção de uma educação antirracista, ao possibilitar que os estudantes compreendam, problematizem e questionem as desigualdades socioespaciais presentes em seu cotidiano. Além disso, evidencia a importância da mediação didática como elemento central no processo de aprendizagem, ao permitir que os alunos avancem de concepções cotidianas para interpretações críticas fundamentadas teoricamente.

Por fim, conclui-se que a oficina pedagógica, ao articular teoria e prática e mobilizar conceitos da Geografia Crítica, contribuiu efetivamente para a construção de uma nova compreensão do espaço geográfico por parte dos estudantes, evidenciando que o racismo não é

apenas uma questão social ou histórica, mas um fenômeno que estrutura a produção do território e das desigualdades na sociedade brasileira.

Dessa forma, considera-se que o objetivo do relato foi alcançado, uma vez que a oficina possibilitou momentos de aprendizagem significativa, tanto para os estudantes da escola quanto para os bolsistas envolvidos no projeto. Além disso, a experiência evidenciou a importância de trabalhar a temática das relações étnico-raciais de maneira contínua no contexto escolar, conforme orienta a Lei nº 10.639/2003.

A partir da experiência realizada, observa-se que outras ações podem ser desenvolvidas para fortalecer o debate sobre racismo e diversidade cultural nas escolas. Entre as possibilidades estão a ampliação das oficinas para outras turmas, a realização de projetos interdisciplinares envolvendo diferentes áreas do conhecimento e a continuidade das atividades ao longo de todo o ano letivo, e não apenas em datas específicas.

Além disso, iniciativas como rodas de conversa, exposições culturais, produção de materiais educativos e participação da comunidade escolar podem contribuir para aprofundar as discussões e fortalecer a construção de uma educação antirracista. Por fim, destaca-se a importância da continuidade de programas de formação docente, como o PIBID, que possibilitam aos estudantes de licenciatura desenvolver experiências práticas e refletir criticamente sobre a realidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAPES. *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID*. Brasília: CAPES, 2014.

CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliana, 1958.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *O ensino de geografia na escola*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2022.

FERREIRA JÚNIOR, Dionel Barbosa; SANTOS, Roberto Souza; SANTOS, Robson Alves dos. A cidadania na formação inicial dos futuros professores de Geografia: um relato da UFT e

Unifesspa. *Revista Geográfica Acadêmica*, Boa Vista, v. 18, n. 1, p. 179-206, 2024. Disponível em: https://revista.ufrr.br/rga/article/view/8122/4043. Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, Marcella Brasil. *Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola*: uma etnografia na comunidade Kalunga. 2013. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, 2013.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Robson Alves dos *et al*. A educação escolar quilombola e o ensino de geografia em Vila Nova Jutaí - Breu Branco - PA. *GEOgraphia*, Niterói, v. 24, n. 52, e49936, 2022. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a49936. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/49936. Acesso em: 30 abr. 2026.SOUZA,

Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Leandro F.; SILVA, J. F. Vivência e memória: a tradição religiosa na comunidade Kalunga de Cavalcante – Goiás. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (CEPEX), 6., 2025, Catalão, GO. *Anais* [...]. Catalão, GO: UFCAT, 2025. v. 5, p. 782–783.